LEI Nº. 6.298, DE **20** DE NOVEMBRO DE 2012.

Institui no âmbito municipal o "Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROCULTURA", e da outras providências.

WAINER VIANA MACHADO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO.

FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

CAPITULO I – DO PROGRAMA MUNCIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

Seção I – Dos objetivos e dos Participantes

Art. 1º - Fica instituído o "Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROCULTURA" – que tem por objetivo o apoio e a viabilização de projetos de produção, resgate e preservação das diversas formas da cultura local.

Art. 2º - O Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROCULTURA – é vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, tendo como alvo específico a efetivação de projetos nas áreas pertinentes à Cultura, destacando-se a Literatura, as Artes Visuais, a Música, as Artes Cênicas, a Dança, o Artesanato, o Folclore, a Memória, o Patrimônio Histórico (Artístico, Natural e Cultural) em seu acervo material e imaterial, a Dança, o Cinema e Vídeo, as Manifestações Populares (Culturais e Tradicionais), e outros segmentos amparados ou aprovados pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 3º - O Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROCULTURA – tem como objetivos primordiais:

I – Facilitar à comunidade o acesso aos bens artísticos e culturais dos quais trata esta Lei;

II – Incentivar a produção cultural em todo o Município, nas áreas citadas no Art. 2º desta Lei.

Parágrafo Único. Com os recursos emanados do incentivo a Projetos Culturais será promovida a difusão cultural mediante apoio à produção e à circulação dos bens culturais através de:

a) apoio à pesquisa, à realização de exposições, festivais, seminários, oficinas e espetáculos;

b) apoio ao aperfeiçoamento de artistas e técnicos das áreas mencionadas no Art. 2º desta Lei;

c) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a mostras e exposições públicas;

d) apoio à reforma ou construção de edificações destinadas a fins culturais e aquisição dos equipamentos que se fizerem necessários à reforma ou construção;

e) preservação e divulgação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município;

f) apoio à circulação dos bens culturais;

g) apoio à produção e circulação de bens culturais mediante projetos de responsabilidade de órgãos e agências públicas vinculados ao segmento cultural e artístico;

h) apoio a outras atividades culturais consideradas relevantes pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 4º - Os candidatos aos recursos do Programa Municipal de Incentivo a Cultura – PROCULTURA – nas modalidades definidas nesta Lei, deverão ter domicílio e residência no Município de Sant'Ana do Livramento.

Parágrafo único. Podem apresentar projetos para patrocínio do Fundo, quaisquer pessoas físicas ou jurídicas em dia com suas obrigações fiscais, bem como órgãos da administração pública direta ou indireta, do Município, desde que vinculados à produção cultural.

Seção II – Dos Recursos e do Fundo Municipal de Cultura - FMC

Art. 5º - O Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROCULTURA – terá como fonte de custeio, para as modalidades de projetos relacionados no artigo 2º, o Fundo Municipal de Cultura – FMC.

Parágrafo Primeiro. O Fundo Municipal de Cultura – FMC terá, entre outras, as seguintes fontes de custeio:

I – doações e créditos específicos consignados no orçamento anual do Município;

II – doações, legados, contribuições em moeda corrente, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;

III – devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa, contemplados com recursos do Fundo Municipal de Cultura e do Incentivo a Projetos Culturais;

IV – transferências da União e do Estado, e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações;

V – rendimentos eventuais, inclusive aplicações financeiras de recursos disponíveis;

VI – saldos de exercícios anteriores;

VII – multas administrativas resultantes de infração ao patrimônio histórico, cultural e Artístico da Cidade de Sant'Ana do Livramento;

VIII – multas fixadas judicialmente e destinadas ao Fundo;

IX – recursos de outras fontes que a Lei definir.

X – Incentivos Fiscais para a Realização de Projetos Culturais – IFRPC.

Art. 6º - Entende-se por Incentivo a Projetos Culturais, o fomento do poder público aos produtores culturais, destinando-lhes recursos para execução de projetos, previamente aprovados pela Comissão da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer e homologados pelo Conselho Municipal de Cultura, na forma da presente Lei.

§1° - O apoio do Poder Público ao projeto, através do Fundo, poderá ser total ou parcial.

§2° - Em caso de apoio parcial, este se destinará à essencialidade da produção, ou seja, àquilo que for fundamental ao desenvolvimento do Projeto.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer publicará anualmente Convocação Pública, através de edital, visando à inscrição de Projetos Culturais, informando sobre requisitos observados para apresentação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura.

Parágrafo único. Para concorrer ao Incentivo aos Projetos Culturais, o empreendedor deverá apresentar projeto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer dentro de calendário e regras definidas em edital e formulário específico elaborados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 8º - Os Incentivos Fiscais para a Realização de Projetos Culturais – IFRPC, referidos no Art.5**º,** Parágrafo Primeiro, Item X, desta Lei, correspondente ao recebimento, por parte do empreendedor de patrocínio ou investimento, de certificados expedidos pelo Poder Público, correspondente ao valor de incentivo autorizado pelo Executivo Municipal.

Parágrafo Primeiro. Os portadores de Certificados poderão utilizá-los para pagamento dos impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, sobre a propriedade predial e territorial - IPTU, e sobre Transmissão de Garantia e Cessão de Direitos à sua aquisição.

Parágrafo Segundo. O Poder Executivo Municipal fixará, anualmente, o valor que deverá ser usado como Incentivos Fiscais para a Realização de Projetos Culturais – IFRPC no exercício, que não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) nem superior a 5% (cinco por cento) da receita proveniente do ISSQN e IPTU.

Parágrafo Terceiro. Para obtenção dos Incentivos Fiscais para a Realização de Projetos Culturais – IFRPC que cuida o artigo 8º, deverá o empreendedor apresentar à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e lazer, para encaminhamento junto à Comissão de Análise de Projetos Culturais – CAPC, cópia do projeto cultural, explicando a natureza, os objetivos, os recursos financeiros, materiais e humanos envolvidos na execução do empreendimento, para fins de aprovação junto ao Conselho Municipal de Cultura-CONCULT, fixação do valor do incentivo e posterior fiscalização.

Parágrafo Quarto. Aprovado o projeto, o Executivo providenciará a emissão dos respectivos certificados para a obtenção do incentivo fiscal correspondente.

I - Os certificados referidos neste Parágrafo terão prazo de validade para sua utilização de 02 (dois) anos a contar de sua expedição, corrigidos mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis na atualização monetária dos impostos recolhidos com atraso.

Parágrafo Quarto. Aprovado o projeto, o Executivo providenciará a emissão dos respectivos certificados para a obtenção do incentivo fiscal correspondente.

Parágrafo Quinto. Fica excetuado da referida Lei a possibilidade de qualquer adesão daquele contribuinte que paga seu tributo com incentivo do REFILS anual.

CAPITULO II – DA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS

Seção I – Da Comissão de Análise de Projetos Culturais

Art. 9º - Para avaliação e seleção dos projetos culturais fica criada Comissão de Análise de Projetos Culturais - CAPC, por segmento cultural, composta por no mínimo 03 (três) membros, escolhidos dentre os representantes das entidades que integram o Conselho Municipal de Cultura, sendo presidida, sempre, pelo membro representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Parágrafo único. O mandato dos membros da Comissão de Análise de Projetos Culturais – CAPC - terá a duração de dois anos, permitida recondução.

Art. 10º - Para avaliação dos Projetos Culturais, a Comissão tomará por critério de seleção, imprescindivelmente, os seguintes critérios:

a) currículo do proponente;

b) dimensão do projeto;

c) adequação orçamentária do projeto;

d) a reciprocidade oferecida;

e) criatividade e importância para o Município;

f) valorização da memória histórica da cidade.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, poderá definir, em cada área, critérios adicionais que embasarão a análise dos Projetos Culturais.

Art. 11 - Na apresentação de seu projeto, deverá o proponente apresentar ao Município uma contrapartida social na forma de atividades de natureza cultural destinadas a universalizar o acesso e o desenvolvimento da Cultura, sob pena de desclassificação.

§1º - Os proponentes dos projetos ficam livres para planejar sua contrapartida social dentro das possibilidades a serem arroladas em edital pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

§2º - Excepcionalmente, a juízo da Comissão de Análise de Projetos Culturais-CAPC, e ratificação do Conselho Municipal de Cultura-CONCULT, poderá ser dispensada a contrapartida social em projetos que fomentem novos criadores culturais, abram acesso a novos públicos, ou ampliem, por outra forma, a criação cultural da cidade de Sant'Ana do Livramento.

§3º - A contrapartida social é um mecanismo universalizador do acesso ao produto cultural e, por não estar necessariamente vinculada ao objeto do projeto apresentado pelo proponente, não será objeto de análise de mérito quando da seleção dos projetos.

Art. 12 - O incentivo, na modalidade prevista neste capítulo, corresponderá ao repasse de recursos pelo Poder Público, por meio do Fundo Municipal de Cultura em conta específica para Incentivo a Projetos Culturais, em valor correspondente ao montante aprovado, em conta a ele vinculada.

Art. 13 - As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta Lei serão apresentadas prioritariamente no âmbito territorial do Município e nelas constará a divulgação do patrocínio do Programa Municipal de Incentivo à Cultura PROCULTURA.

Seção II – Do Conselho Municipal de Cultura

Art. 14 - Após a avaliação e seleção de projetos pela CAPC da Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Lazer, o processo deverá ser remetido para a análise de mérito pelo Conselho Municipal de Cultura para avaliação do atendimento das finalidades previstas pelo Art. 2º, § 2º da presente Lei.

§1° – O Conselho Municipal de Cultura-CONCULT, para apreciação do uso de recursos do Fundo Municipal de Cultura-FMC, sempre deliberará com o quórum mínimo previsto na sua Lei ou Decreto de criação.

§2° - A decisão de mérito proferida pelo Conselho Municipal de Cultura-CONCULT, deverá ser homologada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção III – Do Patrocínio Privado

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Cultura regulamentará, por meio de manual específico, nos projetos enquadrados nesta Lei, a inserção da divulgação do patrocínio do PROCULTURA, bem como a inserção de marcas referentes a outras formas de apoio, parceria e patrocínio.

§1° - Havendo interesse de outros apoiadores ou patrocinadores na inserção de marca nos materiais de divulgação do projeto, estes deverão investir na sua realização no mínimo 10% (dez por cento) do montante previsto do orçamento aprovado, sem prejuízo do incentivo do Poder Público Municipal.

§2° - O repasse de recursos de patrocinadores ou operadores ao projeto cultural, que não o Poder Público, deverá obedecer a formas de contabilidade e a controle, a serem definidas pelo edital.

CAPITULO III - DA GESTÃO DO FUNDO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 16 - Fica o proponente obrigado a comprovar a completa realização do projeto dentro do exercício em que se deu sua aprovação, ou no subsequente, se assim admitido pela Comissão de Análise de Projetos Culturais-CAPC, e homologado pelo Conselho Municipal de Cultura-CONCULT, e a adequada aplicação dos recursos, através da prestação de contas em até 30 (trinta) dias após o término do projeto.

Art. 17 - Além das sanções penais cabíveis, receberá multa equivalente a 02 (duas) vezes o valor do incentivo, o proponente que:

I – não comprovar a correta aplicação desta Lei, por dolo, desvio de objetivos e/ou dos recursos obtidos;

II – não realizar o projeto cultural dentro do prazo determinado;

III – não prestar contas, em até 30 (trinta) dias após a realização do projeto.

Parágrafo único. O proponente, pessoa física ou jurídica, que incidir nos incisos I, II e III do artigo 16, ficará impossibilitado de protocolizar novos projetos, ou mesmo participar como prestador de serviços em projetos de outros proponentes, até a devida regularização das causas do impedimento.

Art. 18 - Competirá à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, em conjunto com a Secretaria Municipal da Fazenda, a fiscalização do exato cumprimento das obrigações assumidas pelo proponente do projeto cultural beneficiado nos termos desta Lei.

Art. 19 - O Fundo Municipal de Cultura, constituído pela transferência de recurso conforme previsto no artigo 6º da presente Lei, será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 20 - O Fundo Municipal de Cultura é dotado de autonomia financeira, nos termos desta Lei, com escrituração contábil própria e individualizada.

Art. 21 - Os recursos do Fundo Municipal de Cultura serão depositados em instituição financeira oficial, em conta corrente especial, sob a denominação Fundo Municipal de Cultura–FMC.

Art. 22 - Aos membros da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, da Comissão de Análise de Projetos Culturais-CAPC e do Conselho Municipal de Cultura - CONCULT é vedada a participação no Programa Municipal de Incentivo a Cultura – PROCULTURA – sob qualquer forma, mesmo como membro ou diretor de entidade proponente ou participante nas convocações Públicas para uso dos recursos do Fundo Municipal de Cultura-FMC, durante a vigência de seus mandatos.

Art. 23 - Qualquer entidade da sociedade civil poderá ter acesso, em todos os níveis a toda documentação referente aos projetos culturais beneficiados por esta Lei.

Art. 24 - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e vinculadas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sant'Ana do Livramento, 20 de Novembro de 2012.

WAINER VIANA MACHADO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

ZULMIR PLINIO DE SIQUEIRA RASCH
Secretario Municipal de Administração